



A (IN)DEPENDÊNCIA CULTURAL E A (IM)POSSIBILIDADE DE UNIVERSALIZAÇÃO DAS CULTURAS E DAS LITERATURAS: REFLEXÕES POÉTICAS EM VERSOS DE EMMANUEL MARINHO

Stelamaris da Silva Ferreira¹

Resumo: O objetivo deste artigo é observar como o poeta Emmanuel Marinho traz, em seus poemas da obra *Cantos de terra* (2016), os sujeitos e as marcas da nação brasileira, reivindicando o lugar da cultura e do povo, principalmente os indígenas, na história e no contexto do país, ao passo que critica a importação acrítica da cultura europeia, ou seja, do colonizador e também norte-americana. Para tanto, as leituras dos poemas serão fundamentadas e articuladas aos conceitos e pressupostos de estudiosos e teóricos como Achugar (2006), Assis (1994), Couto (2011), Santiago (1980), Souza (2002), entre outros que problematizaram, no bojo de suas discussões teóricas, a dependência da literatura e da cultura brasileira em relação à cultura e literatura europeia.

Palavras-chave: Poesia. Cantos de Terra. Literatura universal. Emmanuel Marinho.

THE CULTURAL (IN)DEPENDENCE AND THE (IM)POSSIBILITY OF UNIVERSALIZATION OF CULTURES AND LITERATURES: POETIC REFLECTIONS IN VERSES OF EMMANUEL MARINHO

Abstract: *The aim of this article is to observe how the poet Emmanuel Marinho brings, in his poems from the Cantos de terra (2016), the subjects and marks of the Brazilian nation, claiming the place of culture and people, especially the indigenous, in history and in the context of the country, while criticizing the uncritical import of European culture, that is, of the colonizer and also North American. For that, the readings of the poems will be grounded and articulated to the concepts and assumptions of scholars and theorists such as Achugar (2006), Assis (1994), Couto (2011), Santiago (1980), Souza (2002), among others who problematized, in the midst of their theoretical discussions, the dependence of Brazilian literature and culture on European culture and literature.*

Keywords: Poetry. Cantos de Terra. Universal literature. Emmanuel Marinho.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens – FAALC/UFMS. Bolsista CAPES. ORCID: 0000-0003-1870-7509. E-mail: Stelamaris100@gmail.com.

Introdução

A homogeneização ao qual o conceito de literatura universal (Weltliteratur) diz respeito, não se trata de um processo uniformizante e dialético, mas apenas uniformizante à moda europeia ou norte-americana. Não se considera a literatura alheia, mas somente o prestígio e a difusão da própria. O conceito de universal é, de certo modo, genuinamente interligado àquilo que vem da Europa, um desdobramento e uma das faces da colonização. No intuito de problematizar e criticar a independência e a importação acrítica dos elementos ditos “universais” vindos do exterior, o poeta contemporâneo Emmanuel Marinho, nascido em Dourados-MS, traz para sua linguagem poética o indígena, o sul-mato-grossense e outros que representam as culturas e as particularidades da nação, assim como temas e questionamentos pertinentes às análises da concepção de universal.

Este ensaio, portanto, tem por objetivo lançar olhares para algumas poesias de Marinho da obra *Cantos de terra* (2016) observando como ocorre a (não) incorporação dos elementos estrangeiros e como se dá a visão do eu lírico quanto à importação de valores, culturas e costumes de vindos de fora.

As leituras dos poemas serão fundamentadas e articuladas aos conceitos e pressupostos de teóricos como Achugar (2006), Assis (1994), Couto (2011), Santiago (1980), Souza (2002), entre outros, que problematizaram, no bojo de suas discussões teóricas, a dependência tanto da literatura como da cultura brasileira em relação à cultura e literatura europeia. Abordar-se-á, também, os conceitos de Weltliteratur, e as (im)possibilidades para uma padronização universal da literatura.

1. Universalizar o particular: a literatura brasileira para o mundo

A literatura, enquanto expressão artística, surge nos turbilhões sociais como elemento paradoxalmente inserido e não inserido temporal e espacialmente. A liberdade que pode propagar é antes uma característica de si própria, pois pertence a todos e a ninguém. Abordando conhecimentos e sentimentos demarcados como “universais” ou “regionais”, trabalha consciente ou inconscientemente, dilemas, tabus e filosofias humanas que são, desde sempre, tratados com prioridade ou com negligência. Aludindo a Marinho (1997, s/p), poderíamos dizer que a literatura “é suja de som/ de sonhos/ de sangue/ e de signos”. Nessa “sujeira literária”, por vezes são abordados aqueles indivíduos considerados a escória da sociedade, aqueles que se encontram na fronteira entre o não ser e ser o nada: é por eles e deles que brota a poesia: “a poesia dá de beber

aos bêbados/ escorre pela barba dos poetas/ anda descalça nos ônibus/ nos bares/ vê através das portas/ come pétalas/ e passa fome.” (MARINHO, 1997, s/p). Na literatura, o caos e a angústia resistem: duas constantes do mundo contemporâneo e que se refletem no espelho da linguagem literária. Isso corrobora a visão de Candido:

Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (2011, p. 177-178)

As literaturas são engendradas pelas culturas, os espaços e os contextos. A partir de seu *locus*, das histórias locais que dali emerge e de seu posicionamento, o sujeito pode conceber mundos e modos de apreender esses mundos. O “mundo” europeu e o norte-americano não são próximos, econômico, histórico e culturalmente, dos demais mundos aos quais eles consideram como os Outros. Inclusive, a homogeneização étnica e cultural que eles impunham aos Outros, não é característica nem deles próprios levando em consideração que os países europeus são constituídos de fragmentos de várias culturas, etnias e línguas distintas.

A homogeneização, ao qual o conceito de literatura universal diz respeito, não se trata de um processo uniformizante e dialético, mas apenas uniformizante à moda europeia ou norte-americana. Não se considera a literatura alheia, mas somente o prestígio e a difusão da própria. O conceito de universal é, de certo modo, genuinamente interligado àquilo que vem da Europa, um desdobramento e uma das faces da colonização. Conforme Achugar (2006), ao se debruçar sobre os pressupostos e estudos de Retamar, poeta e crítico literário cubano, assinala que para este, a impossibilidade de uma teoria universal reside no fato de que o mundo não era/é uno. Goethe, escritor alemão, cunhou o termo *Weltliteratur* - literatura mundial ou universal -, que segundo Retamar, mencionado por Achugar (2006), tratava-se de uma premissa assentada na tentativa europeia de mundialização do mundo e, nesse sentido, não apenas a literatura, mas toda uma cultura seria distribuída e contaminaria o mundo por meio da expansão e dominação da Europa. Essa pseudo-universalidade da literatura, para Retamar, é visivelmente uma seqüela do colonialismo, dessa imposição e alienação vinda dos países hegemônicos sobre os países periféricos.

Na universalização eurocêntrica não há a possibilidade da relação dialética: nessa conversa apenas um sujeito tem direito à fala, esses sujeito são os centros hegemônicos. A nós, os sujeitos periféricos, cabe imitar com pretensa fidelidade a

universalidade alheia ou, proposta mais arriscada e dificultosa, buscar universalizar o nosso particular (SANTIAGO, 1980).

Referindo-se a Haroldo de Campos, Souza (2002, p. 42) afirma que para o crítico, a literatura brasileira foi, desde suas raízes, cosmopolita: nasceu adulta, no período Barroco e, ao contrário de outras, não passou pelo processo de maturação, pois desde suas origens compartilhava e parodiava as literaturas mais “elaboradas da época” por meio das obras de um Gregório de Matos, de um Antônio Vieira.

Para Silviano Santiago (1980), desde o surgimento, nossa literatura foi dependente da literatura que era produzida no exterior. Nasceu no propósito e no método comparatista baseado na imitação, espelhando-se no outro. Contudo, apesar de dependentes, devemos primeiramente reconhecer e aceitar essa dependência e, posteriormente, universalizar o que temos de particular. Para o crítico, existem duas vertentes de universalidade: na primeira, colonizadora e etnocêntrica, sua verdade universal se encontra na metrópole; na segunda, a universalidade diferencial, sua verdade se encontra nas culturas periféricas. A verdade das poesias de Marinho se configura pautada nas diferenças e na alteridade, na visão crítica e consciente sobre o sofrimento alheio que se converte em seu próprio sofrimento. O eu lírico de Marinho não é uno, assim como não o são os sujeitos, as vidas, as literaturas, as histórias, o mundo. Em seu poema “Canto Indígena”, não vemos um eu lírico que fala do indígena, mas um eu lírico que é o próprio, dilacerado e morto pela úlcera ainda aberta que se chama colonialismo:

HOJE NÃO TEM FLORESTA/ NEM ARCO NEM FLECHAS/ HOJE VOU
SAIR POR AÍ/ COLHENDO A SEIVA DAS CANAS./ EM MEU CAMINHO/
VEREI A MÃO DOS HOMENS/ MATANDO TODAS AS MATAS/ EM
CADA ÁRVORE/ COMETENDO UM PECADO./ SENTIREI COM TODOS
ESPÍRITOS/ TODA MAGIA/ O MISTÉRIO DA LUA/ ME
INCORPORANDO./ VESTIREI DE NOVO O SOL DE REI/ E CANTAREI/
AH! SE CANTAREI/ TODOS OS CANTOS MORTOS DE MEU POVO./
EM CADA COPO/ DESTRUIREI TODAS AS ESTÁTUAS/ VENENOS E
VÍCIOS DOS BRANCOS/ SEUS FALSOS DEUSES./ [...] VEREI MEU
PRÓPRIO SANGUE/ COM SEU PREÇO/ EM MINHA MORTE/ VÊ SE
NÃO ESQUECE/ EU NÃO ESQUEÇO.

O SANGUE VERMELHO COR DE TERRA/ NO ASFALTO/ UM ÍNDIO
MORREU... (MARINHO, 2016, p. 29-30)

“Vê se não esquece”. Temos, neste pedido, a noção de tempo, de memória e a relação entre passado, presente e futuro. Apesar de um índio morto, enterrado ou

esquecido, as memórias ainda resistem naqueles indígenas que carregam em si o sangue que foi derramado e bebido pelos brancos. A sociedade pode esquecê-los, mas eles não se esquecem, sobrevivendo apesar da dor, do descaso e do preconceito alheio.

Esse índio que narra o poema pretendia fazer o que nós deveríamos fazer: acreditar na essência que surge nas tensões entre as próprias histórias locais e o locus fronteiriço no qual se posiciona. Trata-se de valorizar o que lhe é originário e refletir sobre, destruir ou ressignificar “AS ESTÁTUAS, VENENOS E VÍCIOS DOS BRANCOS” (MARINHO, 2016), ou seja, o que vem do exterior e que não faz parte de sua essência.

Em seu ensaio “Instinto de nacionalidade” (1959), Machado de Assis tece considerações sobre o panorama da literatura brasileira e sua dependência de literaturas que não lhe dizem respeito. Já no século XIX, segundo o escritor, havia o instinto de criar uma literatura mais independente, que abordasse os elementos pertencentes ao legado, à história e ao cenário brasileiro e pudesse tornar o escritor um “homem do seu tempo e do seu país” (ASSIS, 1959, s/p). Machado compreendia que, apesar dos elementos indígenas não representarem todo o patrimônio da literatura brasileira, eram um legado tão brasileiro quanto universal e, de certo modo, não podiam/podem ser exilados e marginalizados da arte literária como o foram da civilização brasileira. Cabe aqui um excerto de suas reflexões e observações:

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe. Os que, como o Sr. Varnhagen, negam tudo aos primeiros povos deste país, esses podem logicamente excluí-los da poesia contemporânea. Parece-me, entretanto, que, depois das memórias que a este respeito escreveram os Srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual. *Erro seria constituir-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão. [...] A piedade, a minguarem outros argumentos de maior valia, devera ao menos inclinar a imaginação dos poetas para os povos que primeiro beberam os ares destas regiões, consorciando na literatura os que a fatalidade da história divorciou.* (ASSIS, 1959, s/p, grifos meus)

De certa forma, essa noção de universalização do elemento indígena se reflete no propósito de Silviano (1980), de universalizar o particular. Machado, além de abordar a questão do índio, ainda aborda outro elemento que é caro à poesia emmanuelina: a

natureza, seja ela específica de determinado *locus*, ou não. Para Machado (1959, s/p), “o sublime é simples” e a natureza, em sua grandiosidade, deve ser evocada com simplicidade, o que nos remete à singeleza dos versos de Marinho: “passarinho companheiro/ passarinho avoador/ leva um beijo de amor/ pro povo lá da cidade/ que deus da mata ajude/ um pouco a vida de lá./ lá não tem brilho de sol/ nem fogo de lampião/ vagalume não existe/ ai que dor no coração. (...)” (MARINHO, 2016, p. 38).

Não se trata de evocar a natureza visando uma estética artificial. Mas evocar a natureza e senti-la no poema como algo fundador e fundante. É preciso que as imagens poéticas despertem um sentimento verdadeiro no leitor, de algo profundo e sublime em sua simplicidade. Como Machado reflete: um poeta não é nacional por citar nomes de espécies de flores ou pássaros nativos, ou por mencionar os indígenas ou outros grupos pertencentes à determinada nação, isso seria “uma nacionalidade de vocabulário e nada mais” (ASSIS, 1959, s/p). O que demonstra o engajamento e a verdade do poema é o modo como foi construído e como articulou esses elementos.

2. (Des)compassos: a (in)dependência e a importação do alheio

Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca.
Mas é ela, não outra, que nos exprime.
(Antonio Candido, 1996)

Certa frase, atualmente muito popular, de autoria do filósofo francês René Descartes, diz: “Penso, logo existo”. O conceito de “pensar” e “existir”, contudo, não possui correspondências exatas nas traduções para os contextos de todas as línguas e culturas existentes, muito menos representam a relação dialética e causal entre ambos os termos. Há povos que, mesmo pensando, não existem para os grandes centros hegemônicos, detentores do poder. Há povos que, devido às diferenças culturais e étnicas, foram brutalmente exterminados, corrompidos e inferiorizados por sociedades ditas “civilizadas” e que, teoricamente, “pensavam” e “existiam” mais do que quaisquer outras. Há povos que são considerados inferiores por pensar o mundo de outra forma que não a dos europeus ou dos norte-americanos. O “pensar” ao qual Descartes se referia é o “pensar” do sujeito “civilizado”, branco, europeu, permeado pelos avanços da ciência mas, em vista dessa exclusão do “pensar” e “existir” alheio, como considerar formas outras de pensar e de existir no mundo?

No contexto mundial e, especificamente, na América Latina e no Brasil, os indivíduos indígenas sentem o peso de não pesarem na balança alheia. O ruído do

silenciamento que camufla, ironiza ou distorce as histórias sangrentas e bárbaras sobre a descoberta e a colonização das Américas, contadas e escritas pela perspectiva do colonizador.

O colonizador e o colonizado. Duas figuras ímpares que, a partir da colonização, tornaram-se dois lados de uma mesma moeda. O que se tem, desde o “descobrimento” das Américas, é o desdobramento da metáfora do espelho: ganhamos espelhos e passamos a nos espelhar no modo de vida, na cultura, na língua, nas tradições e nas artes europeias. Passamos a imitar ou a desejar imitar o europeu. Na literatura, na música, nas vestimentas, na arquitetura, entre outros segmentos, percebe-se uma busca não por transformar aquilo que vem de fora em algo nosso, mas sim incorporar acriticamente e trazê-lo em fiel cópia e imitação.

Mia Couto, escritor moçambicano com instinto de nacionalidade muito perspicaz, escreveu ensaios que apesar de concernirem ao contexto de Moçambique, se relacionam com o contexto cultural e histórico do Brasil, pois ambos os países são periféricos e ainda dependentes da cultura dos países desenvolvidos. De acordo com ele “a nossa produção cultural [de Moçambique] se está convertendo na reprodução macaqueada da cultura dos outros.” (COUTO, 2011, p. 24). Prosseguindo, num tom utópico, nacionalista e, como sempre, poético, Couto afirma que Moçambique precisa, além de caminhar, descobrir o seu próprio caminho.

Apesar de se tratar de outro país, em outro continente, as semelhanças com o Brasil se encontram no ponto crucial que engendrou as diferenças e que criou a exterioridade: a forma de colonização. Assim como o Brasil, Moçambique foi colônia de exploração dos portugueses. Os moçambicanos também foram considerados os Outros e, assim como os índios, foram torturados, explorados e subjugados. Mas o aspecto que mais nos aproxima é o anseio por ser “civilizado”, por pertencer ao mundo europeu ou norte-americano, mesmo que num simulacro ou imitação destes: se não podemos existir lá, fazemos daqui um simulacro de lá. Acredita-se que quanto mais perto dos parâmetros culturais, sociais e linguísticos da Europa, mais distante da barbaridade e mais próximo da civilização.

Candido (1996, p. 211) observou que “estudar literatura brasileira é estudar literatura comparada” por causa da contaminação que a literatura do exterior exercia e ainda exerce sobre a nossa literatura. Se o *locus* geoistórico, o posicionamento, as histórias locais produzem as narrativas de cada nação, ao tentar escrever narrativas parecidas com as narrativas alheias, se escreve não sobre si, nem para si, mas do outro.

A escrita se torna um apagar-se constante, sem a marca e a presença do *bíós* do escritor. O escritor não consegue ser ele, nem pode ser o outro. Como disse Paulo Emílio Gomes, aludido por Santiago (1980, p. 3), a “penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro”. Também sobre isso Souza (2002, p. 79) considera: “O desejo de se igualar ao outro atinge requintes de despersonalização, a ponto de o sujeito se apagar como indivíduo e de apelar para o reconhecimento internacional, diluindo-se na imagem alheia ao invés de se impor na sua subjetividade”.

Souza (2002), ao se debruçar sobre os estudiosos que pensaram o problema da literatura comparada na América-Latina, estabeleceu vínculos e oposições entre teóricos como Candido, Piglia, Silviano, Schwarz. Segundo ela, expressões como “descompasso”, “mal-estar” e “torcicolo cultural” são cunhadas e ressignificadas por Schwarz para se referir às discrepâncias entre os conceitos, as ideologias e os saberes importados da Europa e sua recepção e assimilação no contexto da América-Latina. Nesse sentido, Souza (2002, p. 52) aponta:

Enquanto a modernização europeia se baseava na autonomia do indivíduo, na universalização da lei e na ética do trabalho, no Brasil, a cultura do favor, antimoderna como a escravidão, prega a dependência pessoal, a exceção à regra e a remuneração de serviços pessoais. O ‘homem livre’ continuava preso a uma estrutura social que não se desvinculava dos princípios arcaicos de privilégio e de clientelismo, obstáculos para a constituição de um Estado moderno.

A diferenciação entre culturas e sociedades causa a incoerência na transposição de elementos de uma nação para outra. A expressão “descompasso” envolve, portanto, a tensão entre as ideias eurocêntricas e sua recepção nos países de Terceiro Mundo. No poema “Super heróis”, de Marinho, essa tensão do descompasso se acentua por meio da figura dos heróis:

[...]

O tio Patinhas?/ O tio Patinhas tentou ganhar minha cabeça/ com seus cifrões/ mas para mim aquelas notas/ não tocavam a nota certa/ se ele pensou que eu fosse/ algum super pateta/ dançou!!

O Flash Gordon/ herói de todos os planetas/ que vendeu tanto picolé lá no sertão/ deve saber de perto a condição da gente/ podia aparecer aqui tão de repente/ e nos dar a mão/ quem sabe mandando o Mandrak/ fazer uma mágica/ que libertasse toda a América/ [...]

Mas o que eu queria mesmo/ Era um herói sem armas/ Átomos, parafusos ou penas/ E que viesse vestido apenas/ De leite, pão e manteiga/ E

aparecesse a todas as criancinhas/ No café da manhã/ E avisasse que
essa história de Tarzã/ Já matou muito bicho/ E muito índio por aqui.
(MARINHO, 2016, p. 9-10)

O super-herói do desenho animado, elemento que pode ser considerado inocente, carrega em si convenções e cargas simbólicas do locus no qual se originou. Como importar acriticamente, personagens infantis que não representam nossa história local, nem nossa identidade cultural? A história do Tarzan, por exemplo, é carregada de premissas e ideologias subliminares que, superficialmente, não conseguimos apreender.

Breves considerações finais

Em Marinho, os aspectos considerados universais e os regionais se imbricam em mútua harmonia. Além de douradense, sul-mato-grossense, regional, nacional, brasileiro, ou quaisquer outros termos equivalentes (ou opostos) que o posicionem num locus específico, Emmanuel é um poeta universal, do mundo e para o mundo, que ressignifica, a cada poema, a cada experimentalismo, a cada verso engajado, a cada batalha poética, o que significa ou o que pode significar universalizar o nosso particular.

Referências

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ASSIS, Machado de. **Machado de Assis: crítica, notícia da atual literatura brasileira**. São Paulo: Agir, 1959. Disponível em:
<http://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/sergioalcides/machadinstinto.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.

CANDIDO, Antonio. Literatura comparada. In: _____. **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

COUTO, Mia. Línguas que não sabemos que sabíamos. In: _____. **E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MARINHO, Emmanuel. **Caixa de poemas**. Dourados-MS: Manuscrito, 1997.

_____. **Cantos de terra**. Campo Grande: Letra Livre, 2016.

SANTIAGO, Silvano. Apesar de dependente, universal. In: _____. **Vale quanto pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica Cult**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2002.